Os 120 Anos da Abolição e a Escravatura Contemporânea

Arísia Barros

O racismo no Brasil fundou, disseminou e internalizou a equivocada condição de inferioridade dos negros brasileiros, por meio de informações descontextualizadas, simplificações, desvios éticos e morais que ainda hoje "incham" os livros didáticos das escolas brasileiras. Pobres confinados a guetos com a consciência da submissão historicamente legitimada. Expatriados!

Segundo Júnior, Cunha Henrique :"*A história da formação da sociedade brasileira é a do escravismo criminoso que produziu, ao longo de quase 300 anos, a imigração massiva de africanos (...)"*

A Abolição de 1888 foi o batismo da apartação do "escravo liberto". Um processo estrutural de apartheid com linguagem política e comportamental bem articuladas, provocando a cumplicidade do imaginário da população ao ideário do separatismo social.

Ao estabelecermos conexões da abolição com outras situações, como a imigração, o que é que verificamos? O Brasil concedeu terras e incentivos fiscais para os imigrantes europeus. O que foi, então, fornecido aos negros libertos? Quanto por exemplo, o Estado gastou com os negros? Nada. E quanto gastou com os imigrantes europeus? Muito.

Passados 120 anos que nos separam do 13 de maio dia da "Abolição da Escravatura", hoje considerado o "Dia de Denúncia Contra o Racismo" e das atrocidades das correntes que ansiavam prender a consciência libertária do africano escravizado, hoje o racismo, ainda, permeia a sociedade brasileira como símbolo da caótica relação que o país tem com seu povo afro-descendente.

A historiografia contemporânea assinalada nos espaços estruturais do Estado é aquela que busca preservar o "esquecimento". Aquela que vira as costas às ações afirmativas e a reapropriação das identidades étnicas. Cria-se um movimento da contra-opinião popular, visando fragmentar a luta histórica do povo negro.

Enquanto o Estado não assumir as políticas públicas de enfrentamento ao racismo, seja a lei de cotas, da implementação da lei nº 10.639/03, em Alagoas, com a especificidade da lei estadual nº. 6.814/07, dificilmente o Brasil sairá do período colonial. Dificilmente, o Brasil será um país do futuro ao hierarquizar estruturas sociais e econômicas. O país tem, estruturalmente no presente, um saldo histórico com o passado escravocrata. Há mais de quatro décadas o Estado brasileiro está com suas contas no vermelho, um déficit humanitário com um povo que trouxe para a colônia

"*um conhecimento produtivo que é fundamentalmente africano, nas áreas de mineração, produção de ferro, agricultura produção de açúcar, manufaturas, tecelagem, construção. O mesmo se dá nos campos da política,se considerarmos que os quilombos foram a forma mais sistemática da produção de contestação do Estado escravag*ista "(Júnior, Cunha Henrique).

É a partir das políticas universalistas estatais que surge o desfiguramento de tudo que é africano e/ou "não igual". Entenda-se aqui como igual tudo aquilo que não vá de encontro à arquitetura conceitual projetada pelas instituições dominantes e sua essência etnicista. O Brasil atravessa a rua quando encontra a África!

A questão das cotas desencadeou uma salutar discussão sobre os espaços marginalizados ocupados pelo povo afro-descendente, mas, por sua vez, reacendeu a omissão da política estatal, o recrudescimento a política de estabelecer tratamento diferenciado aos desiguais. A escravatura contemporânea de lugares estabelecidos reforça a cartilha do segregacionismo, da violência étnica e social, transformando oportunidades de igualdade, em impossibilidades étnicas, contrapondo a lógica de que "*oferecer a garantia de políticas públicas que garantam a igualdade dos diferentes é a suma obrigação moral do Estado."* (Mir, Luís)

Ainda segundo Mir, "*a ética dominante, na sociedade brasileira, está legislada, regulada e controlada pelo Estado. A sociedade e dentro dela, os civis e militares se movem pela mesma temporalidade ética. Temos, então, a ética do poder e a inexistência ética moral e social. O que se trata aqui é de identificar um poder etnicista que atenta contra a dignidade humana e qual é sua base ética".* É preciso buscar no Brasil aquilo que ele tem de africano, pois a maior substância da universalidade é a consciência da dignidade humana.

Segundo o Relatório da Situação da Infância e Adolescências Brasileiras/UNICEF 2005, *o impacto de ser negro no Brasil, comparativamente a crianças e adolescentes brancos, os negros têm duas vezes mais possibilidades de morar em domicílio sem abastecimento de água; duas vezes mais possibilidades de ser pobres, duas vezes mais possibilidades de não freqüentar a escola (7 a 14 anos); três vezes mais possibilidades de não ser alfabetizados (7 a 14 e 12 a 17 anos).*

Passados 120 anos da "Abolição da Escravatura", o fluxo migratório do negro brasileiro aos espaços majoritários do país miscigenado, ainda são caminhos que remetem ao passado, na verdade tudo que somos hoje é invenção de um passado não tão recente, mas imponente na sua etnicidade, portanto ao Estado brasileiro e alagoano carecem fomentar, subsidiar e implementar políticas públicas que dialoguem com as possibilidades historicamente construídas.

A Historiografia Negra Alagoana e o Separatismo Social.

O racismo é atemporal está sempre à frente das normas do humanismo, subestimando a capacidade social de debelá-lo. Como elemento anônimo circula livremente pelas realidades subterrâneas, os subúrbios dos silêncios sociais. É inventiva e carregada de inteligência a linguagem da discriminação racial brasileira que ao assumir as esferas do poder usurpa espaços, hierarquiza e estabelece o fenótipo "aceitável" ao "miscigenado" povo. Por que nos é tão fácil esquecer que o Brasil é o segundo país mais negro do mundo?

O movimento da historiografia do Brasil ainda promove abordagens estereotipadas sobre a África e todo patrimônio coletivo de saberes incorporados ao cotidiano do país. Essas mesmas abordagens invadem os espaços pedagógicos transformando a construção histórica, social e cultural da etnia negra em leis e mais leis que o poder público simplesmente ignora. A historiografia negra, ainda é uma micro-história social e "*o etnicismo educacional é a matriz do predomínio e privilégios. Sua face mais horrenda é perpetuar e negar às massas segregadas o acesso à educação, evitando que se preparem para disputar renda, saúde, moradia, trabalho, cidadania. Essa incapacitação estável forma a base da pirâmide social(...)" (Mir, Luís)*

Acreditamos que é a soma e não a exclusão que torna os povos distintos. Desconstruir a história que se conta sobre a construção identitária da etnia negra é tarefa desafiadora. Exige da escola e da sociedade um exercício diário a fim de revisar perspectivas, interpretações estereotipadas e racistas.

Precisamos de escolas especializadas em formar humanos com inúmeras aptidões desde a matemática à música. Desde o conhecimento da física à apreensão da química do respeito humano. Escolas que sejam instrumental ativo para iniciativas de construção de diálogos de consensos humanos, que promovam as oportunidades de debate, troca e aprendizado mútuo; aumentando o autoconhecimento, o desenvolvimento pessoal e interpessoal da comunidade escolar. Escolas que alfabetizem tendo como foco a construção de humanos integrais, pois "*um cidadão educado, ator político, sujeito do seu próprio destino exige (e luta) independência econômica pessoal e coletiva; se torna um trabalhador moderno, integrado numa economia industrial (...)(Mir; Luís)*

Precisamos revisar a ambigüidade dos discursos que evidenciam o nosso racismo e a plena aceitação da não-ascensão do elemento negro. Quantas e quantas vezes não repetimos frases tipo: "Em hipótese alguma passo da minha hora na repartição, afinal não sou nenhum escravo". De imediato nos remetemos a todos os

conceitos estabelecidos no imaginário social sobre as "aptidões" do colonizador e do colonizado.

Permitimos-nos ter laços parentais com os colonizadores, mas em hipótese alguma estabelecemos fios condutores que reflitam a nossa condição de filhos da mãe África. Nossos discursos sociais são eivados de segmentação: estabelecemos a inserção social com um viés extremamente hierarquizado. E um dos maiores problemas é que achamos singular e normal que os não-negros assumam os espaços de poder e o negro o da subalternidade. A associação que fazemos da palavra escravo é com o elemento negro, portanto o nosso racismo silencioso promove um diálogo perfeito com o padrão eurocêntrico brasileiro. Homem, branco, heterossexual e católico.?*E anuncia-se mais uma vez o duelo com o analfabetismo na nossa história. Educados basicamente, esses segregados devem ter acesso a tantos outros tipos de investimentos para ingressar no mercado de trabalho mais sofisticado. O custo de socializar, educar, abastecer com serviços, cultura e lazer, transferir renda e empregos para milhões de emancipados quebra a hegemonia de grupo e o monopólio da renda e do Estado.(...) No Brasil, os proprietários de escravos queriam ser* ressarcidos pela perda do seu capital (...) (Mir, Luís)

Situações como essas tornam imprescindível o debate sobre as dimensões do racismo brasileiro e um redimensionamento das políticas públicas de reconhecimento, valorização e respeito ao povo negro, daí a extrema importância de se tratar do tema no universo das escolas brasileira, desde a educação infantil.

A Escola está Grávida de Discursos Vazios!

No início do século XX quando se deu a entrada da criança negra no processo de escolarização, o currículo escolar mostrou seu despreparo na aplicabilidade das multiplicidades dos saberes. Como adequar crianças vitimas do racismo instrumental do Estado à cartilha que, mesmo após, a "libertação" legitima o poder do homem branco? Uma cartilha que afirma que a pretinha da senzala "deve" reproduzir, reverenciar e perpetuar a imagem europeizada das princesas brancas. Desde Isabel à Branca de Neve. Uma escola que a partir da Constituição de 1988, fabrica as realidades da igualdade parida na ótica da universalização eurocêntrica.

O sectarismo étnico promoveu a evasão e repetência maciça de crianças negras, quadro que persiste até os dias de hoje. Segundo a UNICEF, entre as 800 mil crianças de 7 a 14 anos fora da escola no país, 500 são negras. Em Alagoas esse número é um rolo compressor em desigualdade social: 47% das crianças analfabetas são negras e 27 são pardas, portanto o analfabetismo no Estado alagoano é problema sócio-étnico.

Diego Silva tem 12 anos e cursa a 1ª série do ensino fundamental. Já deveria cursar o 6º ano. Não lê e nem escreve. Já estudou em algumas escolas "nem lembra quantas" e acha muito difícil juntar as letras para formar as palavras Filho de pais analfabetos, sonha ganhar o "bolsa-família" e ter tempo para estudar e ler "todas as coisas que existem no mundo", inclusive as letras do seu nome. É engraxate e não gosta muito dos dias de chuva, pois é "muito ruim" para trabalhar. Morador de casebre "já caindo", em um dos bolsões de miséria em Maceió. Perdeu dois irmãos para o tráfico. A morte do pai veio logo após. Tem um padrasto, também analfabeto.

Diego participou com mais sete companheiros "de profissão" de uma ação promovida pela Gerência de Educação Étnico-Racial, que chamamos de III Grito da Consciência Cidadã: "A Educação na Rua da Inclusão", ocorrido dia 28 de março de 2008, nos espaços do Palácio República dos Palmares. Participaram oito menores engraxates, com idades compreendidas entre 12 e 19 anos todos eles traziam o histórico de 90% de analfabetismo, 90% da negritude e 100% da favelização. Um sentimento comum foi o medo de aceitação do convite para participar do Grito da Consciência Cidadã. Eles foram contactados em praça central de Maceió, o local de trabalho. Muitos disseram que os outros meninos convidados (eram cerca de 20) não vieram, pois temiam ser enviados para o Conselho Tutelar. Segundo eles, os "*home"* queriam prendê-los, confundindo-os com "*maloqueiros". "A*final, somos trabalhadores", afirmaram.

A historiografia educacional oficial desconsidera as desigualdades historicamente perpetuadas da população negra alagoana e essa miopia histórica enrijece as barreiras raciais que impedem negros ao saber escolarizado. Cria o Estado etnicista. Ao pensarmos em lógica aritmética, o analfabetismo em Alagoas assume um caráter étnico.

Sendo a escola o maior identificador da diversa história humana é controversa a disseminação de paradigma único. O Ivo que via a uva, que via o ovo nas nossas velhas cartilhas de alfabetizar merece na atualidade ver o mundo que o rodeia com todas as controvérsias, conflituosidades e diferenças. Alfabetizar é proporcionar aos nossos Ivos, Marias, Lauras, Paulos um projeto de saber escolarizado multiétnico e multicultural.

A miopia social/institucional limita o alcance da escola em relação à pluralidade étnica e desenvolve em seu corpo gerencial e pedagógico o racismo institucionalizado, aquele que na ânsia de "nacionalizar" o ensino promove a segregação social, política, econômica e étnica. Alagoas não conhece a Alagoas dos negros e dos índios: *A história de Alagoas é em cima de dois genocídios. O genocídio dos índios e o genocídio dos negros. É só a partir daí que você vai ter essa idéia do*

que seja "territórios de Alagoas". (Almeida, Sávio, *Gazeta de Alagoas*, Caderno B, 20 de abril de 2008)

Em nome de um projeto de nação brasileira, o racismo institucional pedagógico segmenta, diferencia, exclui. Seqüestra, nos livros didáticos, a real participação do povo negro na história do Brasil. Alimenta o sentimento de exclusão histórica das muitas crianças e jovens negros e não-negros das escolas, fragiliza auto-estimas, esmaga alteridades, ignora as diferenças. É assim com esse olhar de "nação homogênea" de "povo brasileiro" que a instituição escola vem aprofundando a lição secular sobre a inferioridade étnica da África e seus descendentes, de Ganga Zumba a Zumbi, de Zumbi a Aqualtune, do mais importante parque arqueológico do Brasil, a Serra da Barriga, em União dos Palmares, ao continente do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, o primeiro complexo arquitetônico de inspiração africana no Brasil e o único projeto afro-cultural do continente americano, inaugurado em 19 de novembro de 2007, mas ainda ilhado pelo descaso do estado-nação.

"Os negros do Estado de Alagoas, mesma região, onde Zumbi dos Palmares se refugiou da perseguição branca, constam na 122ª posição, indicando ser um dos Estados onde a população negra é mais discriminada, tanto economicamente como nas áreas da educação e da saúde." Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil 2005/ONU

O currículo das escolas brasileiras do século XXI é moldado no currículo do tempo em que o Brasil era regido por europeus e suas políticas sociais hierárquicas atreladas ao eugenismo social, que consideravam os negros seres inferiores, incivilizados. O mesmo currículo que não permitia a presença de negros alforriados ou não e pessoas com doenças contagiosas de estudarem em escolas públicas. Ou seja, a escola contemporânea perpetua, através do currículo a uniformidade etnocêntrica do fazer pedagógico e indo mais além consolida a negação da condição humana do elemento negro e o reducionismo do continente africano a um único país.

É assim que a escola vê o continente africano como um país e não com toda sua magnitude e riqueza territorial, humana etc. E percebe os povos seqüestrados do continente africano como **escravos** e "*ensinar e aprender não é repetir, mas é recriar e projetar situação dialógica por onde começa um novo processo... As relações educativas que pretendem não ser alienantes importa levem cada individuo a descobrir suas próprias forças e possibilidades e percebê-las como forças sociais" (Marques,1988, p.161-165)*

É essa mesma escola pós-colônia, que enfatiza o uso dos seus muitos projetos pedagógicos como ferramenta de apreensão da dinâmica sociocultural de

diferentes momentos históricos da humanidade. A escola está grávida de discursos vazios!

A Lei federal nº 10.639/03 e o Segregacionismo Pedagógico.

A lei federal nº 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003, surgiu como mediadora na construção de um novo paradigma pedagógico-histórico. Tornou-se um elo de pertença social, possibilitou espaços para um povo descendente, que busca a sua própria história dentro do romantismo da "riqueza da miscigenação brasileira". Um povo que "alforriado" agora enfrenta outros modelos de segregação; a do modelo econômico, domínio social e sistema político. Todos ancorados em princípios do colonizador, homem, branco, magro, cristão e heterossexual.

O advento da lei significou a possibilidade de transformação real na estrutura curricular das escolas brasileiras. Significou o reconhecimento político da existência do Brasil etnicista e ao mesmo tempo que legitimou as muitas geografias humanas em território brasileiro, revelou uma quebra de forças com a corrente nacionalista que busca a perpetuação da "nação" dominada por velhas ideologias colonizadoras. A lei para os puristas e "ingênuos sociais" representou um descarrilamento do político-ideológico. Rompeu a noção das classes dominantes. E essa mesma classe viciada aos 100% das cotas históricas sentiu-se violentada.

As ações afirmativas quebram a lógica da ciência da dominação e expõem os limites da hierarquização do poder e parafraseando o presidente Lula, em 2003 "*Está na hora deste país encarar uma verdade disfarçada há quatro séculos: quem paga a principal conta da desigualdade neste país é a mulher negra, o homem negro, o idoso negro, o jovem negro, a criança negra. É difícil abandonar a própria consciência depois que ela se instala, porque ela cresce, invade cada célula do corpo, questiona cada certeza. Ativa a nossa mente com respostas cada vez mais claras, até que um dia irrompe e vem à luz. E o nosso olhar sobre o mundo nunca mais será o mesmo".*

Bibliografia:

Guerra civil:estado e trauma/Luís Mir- São Pulo; Geração Editorial,2004

Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras,UNICEF,2005.

Educação e ações afirmativas; entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica/organização, Petronilha Gonçalves e Silva e Valter Silvério-Brasília;Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,2003

A formação do profissional da educação -Marques, Mário Osório- 5.ed.rev.-Ijuí Ed. Unijuí,2006.

Arísia Barros

Gerente de Educação Étnico-Racial Secretaria de Estado da Educação e do Esporte/Alagoas